

ARTIGOS

VOCÊ JÁ FEZ A BIOMETRIA?

MARILENE BONZANINI

Desembargadora, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do RS
ascom@tre-rs.jus.br

O Tribunal Superior Eleitoral iniciou no ano de 2009 o Projeto de Identificação Biométrica da Justiça Eleitoral, com o objetivo de aprimorar o processo de identificação do eleitor desde o alistamento até o momento da votação, por meio de sua impressão digital.

A eliminação da possibilidade de fraudes na identificação do eleitor é apenas a mais visível contribuição dentre um amplo espectro de oportunidades em que se constitui a biometria, pedra fundamental do programa de Identificação Civil Nacional, que permitirá a emissão de um documento digital de identificação nacional, proporcionando maior segurança, praticidade e economia.

Transcorridos 10 anos do início do projeto, o Rio Grande do Sul se encontra hoje no penúltimo ciclo de cadastramento biométrico, no qual os eleitores de 45 municípios deverão atualizar seus dados, sob pena de cancelamento do título.

Sem a imediata mobilização das comunidades, nossos eleitores enfrentarão filas e transtornos no futuro

O baixo comparecimento em várias localidades é motivo de preocupação. É imperativo que

vençamos a tendência humana de deixar tudo para a última hora.

A estrutura da Justiça Eleitoral está preparada para realizar essas revisões, bem como para atender aos eleitores de outros 21 municípios, dentre eles Porto Alegre, onde recomendamos a atualização imediata, mesmo considerando que a convocação formal só ocorrerá em 2021.

Dessa forma, o TRE-RS propõe à sociedade civil um grande pacto pelo cadastramento biométrico. Vamos combater a inércia. É preciso incentivar e organizar o comparecimento das pessoas aos cartórios eleitorais. Sem a imediata mobilização das comunidades, nossos eleitores enfrentarão filas e transtornos no futuro.

SENADO EM XEQUE

PAULO PAIM

Senador (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal
paulopaim@senador.leg.br

O Senado não pode ser uma Casa carimbadora e só confirmar o que vem da Câmara. Existem responsabilidades. É preciso, sempre, melhorar e avançar nas garantias da dignidade humana.

A reforma da Previdência continua ruim. O caminho está aberto para o fim das aposentadorias e para que todos ganhem somente um salário mínimo. Trabalhadores, pessoas com deficiência, classe média e pobres irão pagar a conta.

É viável modificar alguns pontos, como a regra de cálculo da média dos salários, a idade mínima de 65 anos, para homens, e 62, para mulheres, e o limite de até dois salários mínimos para o abono salarial. Alguns senadores querem resgatar a integralidade da aposentadoria por incapacidade e a integralidade da pensão por morte para viúvas e viúvos.

A aposentadoria especial é um benefício para quem exerce atividades que podem causar prejuízo

à saúde e à integridade física ao longo do tempo, como metalúrgico, mineiro, electricista, químico, técnico de radioatividade, professor, enfermeiro, entre outras.

É preciso, sempre, melhorar e avançar nas garantias da dignidade humana

Um metalúrgico que começou a trabalhar aos 18 anos, e contribuiu por 25 anos, estará apto a se aposentar aos 43 anos de idade. Pela regra da reforma, ele terá que trabalhar até a idade mínima de 60 anos. Muitos não sabem o que é trabalhar em uma forjaria e fundição, com metais pesados, com calor de 1.000 °C, com produtos químicos e tóxicos. O

corpo dói, a alma sofre, sangue e suor se misturam. Digo isso com propriedade, pois fui metalúrgico por 20 anos.

A profissão de professor é de altíssima relevância social e altamente penosa, desgastante e estressante. São inúmeros os casos de afastamento do serviço por problemas de saúde. Não vou nem comentar aqui a questão salarial, os atrasos, o não-cumprimento do piso, as escolas em condições precárias, as agressões físicas. Se ele começou a lecionar aos 22 anos, somados aos 25 anos de contribuição, ele estará apto a se aposentar aos 47 anos. Pela reforma, terá que chegar aos 60 anos de idade.

Todos somos favoráveis a que o país dê certo e que volte a se desenvolver. Rever pontos que citei e outros que também estabeleçam recuo social é uma necessidade justa e perfeita para que, aí sim, tenhamos uma reforma com o mínimo de equilíbrio.

EM DIA

CAPITALISMO BOSSA-NOVA

PEDRO DUTRA FONSECA

Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS
pedro.fonseca@ufrgs.br

Na década de 1960, tornou-se comum na esquerda a defesa da reforma agrária como medida de combate à inflação. A tese carecia de qualquer fundamento empírico, mas era útil: ganhava adeptos à proposta. O argumento é que baratearia os alimentos. Coube a Ignácio Rangel, economista de esquerda, mostrar que a relação de causalidade não existia, embora defendesse a reforma por outros motivos. Mesmo assim, foi executado.

Recordar o passado ilumina o presente, só que agora o desemprego e o baixo crescimento são os problemas, e não a inflação. Repete-se o equívoco de tentar vender como solução algo que se quer aprovar. No governo Temer, jurou-se que o teto dos gastos traria a confiança dos empresários para investir e gerar emprego. Depois foi a flexibilização das leis trabalhistas. Quem argumentava o contrário, tal como Rangel, era até ridicularizado. Mas a estagnação continuou. O mesmo vale agora para a reforma da Previdência. Essa pode ser defensável, afora detalhes

polêmicos, para enfrentar o déficit público. Importante, pois o Estado está quebrado. Gerar emprego? Só no longo prazo – e se vier acompanhada da retomada dos investimentos, públicos e privados, o que não acontece da noite para o dia. O argumento pode ser útil, mas é frágil – entusiastas mais sérios da reforma têm alertado para não alimentar tal ilusão. Aliás, o mesmo se dizia dos juros – cujo nível baixo é sempre salutar mas por si só não induz crescimento, como ora se vê. Alguém comprará um carro novo ou uma geladeira porque a taxa de juros baixou, se não tem renda?

Economia, por mentira que pareça, tem lógica. Com consumidores endividados e sem emprego, vender para quem? Dois fatores são determinantes para o investimento empresarial: confiança no futuro e mercado consumidor. Infelizmente não temos em economia um João Gilberto para criar a bossa-nova. A não ser que o país seja exótico a ponto de inventar o capitalismo sem mercado, não haverá a volta do crescimento sem demanda. E esta não reage espontaneamente em períodos longos de estagnação, como o atual, precisa ser estimulada. As outras medidas contam, é claro, mas ela é pré-requisito. Obras de infraestrutura são bom começo: o setor está paralisado há anos, além de ser gerador de emprego. Ignácio Rangel deve ter sofrido simplesmente por dizer o óbvio.

A não ser que o país seja exótico a ponto de inventar o capitalismo sem mercado, não haverá a volta do crescimento sem demanda

Opinião online



•André Luís Woloszyn, analista de Assuntos Estratégicos:
"Lei do abuso de autoridade: um freio ao Ministério Público e às polícias"

GAUCHAZH

Leia o artigo em
bit.ly/alwolozyngh

Pedro Dutra Fonseca escreve às quintas-feiras, a cada 15 dias.
Amanhã: Igor Oliveira, consultor empresarial